



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

13 de março 2015



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 13/03/2015

Assunto: Fies

Página: 26

DIÁRIO CATARINENSE

MEC informa que contratos do Fies estão assegurados

Brasília

O Ministério da Educação (MEC) divulgou na tarde de ontem uma nota para tranquilizar os estudantes que ainda não conseguiram renovar o contrato do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo a pasta, todos que firmaram os contratos até 2014 têm assegurado o aditamento. Ao todo, foram renovados mais de 830 mil contratos de um total de 1,9 milhão. O sistema ficará aberto até o dia 30 de abril.

- Todos têm assegurado o aditamento de seus contratos - destaca a nota. A pasta esclarece que a qualquer momento que fizer o aditamento, ele vale desde o início do semestre. A lentidão no sistema, enfrentada por alunos, está sendo corrigida, segundo o MEC.

O problema começou porque universidades que reajustaram as mensalidades acima de 6,4% ficaram bloqueadas no sistema, impedindo também a revalidação do cadastro dos alunos beneficiários.

Em Santa Catarina, apenas as universidades ligadas ao Sistema Acafe têm 17.914 alunos tentando renovar o processo. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), são 47 mil estudantes beneficiários do programa no Estado.

O MEC informa ainda que, além das renovações, há vagas para novos contratos, mas não menciona quantas.

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO BENEFÍCIO NOS ESTADOS

Em nota anterior, a pasta resalta que usa critérios de qualidade, distribuição regional e disponibilidade de recursos para liberar os financiamentos, e que os cursos com nota 5 (avaliação máxima) serão todos oferecidos.

Para os cursos que têm notas 3 e 4 são considerados aspectos regionais, como por exemplo, localidades que historicamente receberam menos financiamentos.

O Fies oferece cobertura da mensalidade de cursos em instituições privadas a juros de 3,4% ao ano. O estudante começa a quitar após 18 meses da conclusão do



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 13/03/2015

Assunto: Direitos

Página: 29

DIÁRIO CATARINENSE

Escolas terão de reconhecer diversidade de gêneros

LARISSA ROSSO

reportagem@diario.com.br

Travestis e transexuais matriculados em instituições públicas e privadas de ensino conquistaram ontem um importante reconhecimento. Publicada no Diário Oficial da União, a Resolução número 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais orienta escolas e universidades a garantir o acesso e o reconhecimento desses estudantes em suas dependências.

Entre outras disposições, o texto prevê que eles sejam tratados pelo nome social em listas de chamada e utilizem banheiros e vestiários de acordo com sua identidade de gênero. Na prática, significa que um aluno registrado ao nascer como um nome masculino pode ser chamado com um nome feminino em documentos internos de identificação, registro de frequência e avaliação porque se identifica com o sexo feminino e escolheu esse nome social, além de estar autorizado a frequentar livremente as dependências exclusivas para as meninas.

Entidades que militam em defesa da diversidade sexual saudaram a iniciativa, e representantes da área da Educação, apesar de reconhecerem a importância do avanço para a sociedade, ainda não sabem como colocarão em prática as medidas.

As recomendações listadas na resolução não têm o peso de leis, mas costumam ser seguidas por serem ditadas por um órgão ligado à Presidência da República e estarem amparadas em preceitos constitucionais.

CONQUISTA É CELEBRADA POR ENTIDADES LGBT

Entre ativistas da causa LGBT, a recepção da notícia foi positiva. Marcelly Malta, presidente da Associação de Travestis e Transexuais - Igualdade, comemora a conquista. De acordo com ela, o uso de toaletes em locais públicos e o reconhecimento pelo nome social são dois dos principais problemas enfrentados por essa população.

— É um dos maiores avanços



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 13/03/2015
Assunto: Gratificações		Página: 02

Notícias do Dia

• Tem muita gente que estranhou a decisão da deputada Luciane Carminatti, líder do PT, que votou contra a tramitação do projeto sugerido pelo colega de bancada Neodi Saretta e que previa a concessão de gratificação de produtividade aos assistentes técnicos e pedagógicos da Secretaria Estadual de Educação, uma tentativa, de acordo com o parlamentar, de amenizar as diferenças salariais dentro da categoria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 13/03/2015
Assunto: Merenda		Página: Online

[PeloEstado]

Merendaescolar



Patrícia Bertolo/Ascom Prefeitura

Enquanto o governo do Estado tem recursos bloqueados pelo Ministério da Educação (MEC) por não usar o mínimo de 30% de recursos da merenda escolar para compra de alimentos da agricultura familiar, o município de Maravilha dá o exemplo. A prefeitura aplicou três vezes mais o valor previsto em lei na compra direta de produtos da agricultura familiar para as escolas municipais. O percentual foi de 102,3%. Além do dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de R\$ 25 mil mensais, a prefeita Rosimar Maldaner (PMDB) comprou alimentos da agricultura familiar com recursos da própria prefeitura para atender os dois mil alunos da rede. O credenciamento de agricultores que queiram fornecer alimentos pode ser feito até 6 de abril, apresentando um projeto de venda.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 13/03/2015
Assunto: Direitos Humanos		Página: Online

EXIBIRAL O SERVIÇO DO BRASIL - N. N. N. WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Travestis e transexuais poderão usar o nome social em escolas e cursos

A partir desta quinta-feira (12), transexuais e travestis poderão exigir o uso do nome social em estabelecimentos e redes de ensino de todo o país.

Uma resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos LGBT publicada no "Diário Oficial" da União nesta quinta determina regras para o registro e convivência em escolas de todos os níveis e modalidades.

De acordo com a resolução, todos os documentos, formulários e sistemas de informações das instituições deverão registrar o nome social informado pela pessoa e todos deverão ser chamados oralmente pelo nome escolhido.

Estudantes adolescentes menores de 18 anos poderão utilizar o nome social sem ter que apresentar uma autorização de seus responsáveis.

Até então, o reconhecimento do nome social de travestis e transexuais dependia da iniciativa das escolas e universidades. Também havia resoluções em alguns Estados. Agora, a medida passa a valer em todo o país.

BANHEIROS

A resolução determina ainda que seja garantido o uso de banheiros, vestiários e áreas do tipo de acordo com a identidade de gênero de cada um.

No caso de a instituição exigir o uso de uniforme, o estudante poderá escolher qual tipo quer usar.

Uma outra resolução, também publicada no "Diário Oficial" nesta quinta, determina que os boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais de todo o país devem passar a incluir campos para o preenchimento de dados de orientação sexual, identidade de gênero e nome social nos documentos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A resolução diz ainda que a orientação sexual deverá ser autodeclarada e deve ser registrada no momento do preenchimento do boletim de ocorrência.

EVASÃO ESCOLAR

As medidas eram uma reivindicação antiga de entidades de defesa dos direitos de travestis e transexuais. E também alvo de polêmica.

"Às vezes, para diminuir o conflito, os diretores criavam um terceiro banheiro, o que não resolvia o problema e aumentava o preconceito. Defendemos que precisa ser conforme a identificação: se você se identifica como homem, deve usar o banheiro masculino, se identifica como mulher, usa o feminino. Se hoje criam um terceiro banheiro, amanhã criam uma terceira escola", afirma Carlos Magno, presidente da ABGLT (associação brasileira de gays, lésbicas, travestis e transexuais).

Para Magno, as medidas podem ajudar a reduzir os casos de evasão escolar. "Mais do que conseguir vaga para as travestis e transexuais nas escolas e universidades, é importante manter essas pessoas. Sabemos que muitas abandonam por conta da discriminação", afirma.

Segundo Keila Simpson, da Antra, associação que representa travestis e transexuais, a medida também deve ajudar a trazer dados sobre os casos de violência, hoje subnotificados. "Hoje, não temos um número real. Com isso, vamos ter o que ocorreu de crimes [contra LGBTs] em todo o Brasil", diz ela, que ajudou a preparar a resolução.

Keila afirma ainda que irá pedir apoio do Conselho Nacional de Educação para garantir que as medidas sejam respeitadas pelas escolas. "Sabemos que vamos encontrar resistência", diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 13/03/2015
Assunto: Problemas estruturais		Página: Online



SANTA CATARINA



Escola de Laguna é interditada após contaminação de alimentos

*Teto desabou e dejetos de ratos e gambás tiveram contato com comida.
Empresa foi contratada para obra emergencial, segundo Secretaria.*

Uma escola estadual de Laguna, no Sul de Santa Catarina, foi interditada nesta quinta-feira (12) pela Vigilância Sanitária. O teto da cozinha na unidade de ensino desabou e alimentos e utensílios foram contaminados. As aulas estão suspensas.

De acordo com os professores e alunos da escola, no forro há gambás e ratos e os dejetos dos animais contaminaram, além dos alimentos e materiais, também a água que estava armazenada no local.

Com a chuva dos últimos dias, a estrutura não resistiu e desabou na quarta (11). Os técnicos da Vigilância Sanitária Municipal estiveram nesta quinta no local e entregaram o auto de interdição à direção da escola.

Problema antigo

De acordo com os professores, a presença de animais no forro e a precariedade da estrutura já haviam sido relatadas à Gerência de Educação da Região. Como a comunidade escolar não obteve o retorno esperado, deixaram de usar a cozinha na última semana e a merenda fornecida aos alunos foi afetada.

"A gente tomou a frente porque os órgãos competentes não tomaram nenhuma providência. Aí a gente resolveu, por intermédio da APP [Associação de Pais e Professores], tomar providência de imediato, principalmente na cozinha. No último temporal que deu, jorrava muita água na cozinha. Trabalhamos ali com alimentação e com crianças", afirma o professor Roberto Leandro.

Apesar de o teto ter desabado apenas na cozinha, toda escola foi interditada, pois a Vigilância Sanitária também identificou problemas na fiação elétrica. Conforme o documento da Vigilância, os alunos não podem voltar para a escola até que a situação seja resolvida.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), uma empresa foi contratada para uma obra emergencial. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos na quarta (18) e as aulas retomadas na quinta (19).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 13 /03/2015
Assunto: Estudo		Página: Online



TRÊS DÉCADAS ATÉ UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Com base nos indicadores atuais, estudo da Unicef aponta que serão necessários 30 anos para a universalização do acesso ao Ensino Médio

Fonte: Correio Braziliense (DF)

Caso as condições atuais do sistema não mudem, vai levar 30 anos para que uma Educação de qualidade no Ensino médio chegue a todos os jovens brasileiros. A constatação está em um estudo divulgado ontem pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), com base em dados estatísticos e uma pesquisa com 250 adolescentes de Escolas públicas em seis cidades brasileiras. O cálculo foi feito a partir de uma média do ritmo dos avanços entre 2004 e 2014, período em que o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino médio aumentou de 47,5% para 59,5%.

Apesar da evolução no acesso e na permanência nesta etapa, o Ensino médio ainda é o principal desafio do país. Cerca de 1,7 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos estão fora das salas de aula. Entre os matriculados, 2,6 milhões — o equivalente a 31,1% — não cursam o ano adequado. Como reflexo, aos 19 anos, apenas 48,7% dos jovens conseguiram concluir essa etapa. Esses dados permitem inferir que a conclusão do Ensino fundamental é um momento crítico para a questão do abandono Escolar.

Dentro da sala de aula, pesam infraestrutura precária, más condições de trabalho para os Docentes, distância entre o currículo e a vida cotidiana e a falta de diálogo entre Alunos, Professores e gestores. Para Mário Volpi, coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes da Unicef no Brasil, a reprovação deve ser evitada, uma vez que é um fator de desestímulo para o Aluno. “A Escola tem que criar uma abordagem que, quando chegar em abril e se perceber que 10 de 35 Alunos não estão conseguindo aprender, você invista nesses 10”, exemplifica. Ele destaca que é preciso acelerar o ritmo de inclusão, especialmente dos que abandonaram os estudos.

A estudante Gabrielly Gusmão de Oliveira, de 17 anos, sente que há um descompasso entre as duas realidades e que a relação com os Professores é o melhor caminho para estimular os Alunos. “É uma forma para que a gente possa se sentir bem na Escola, possa aprender, ser ouvido e também falar”, afirma. A moradora do Recanto das Emas está no 3º ano do Ensino médio e acredita que essa é uma fase determinante, de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

construção da identidade de dos planos para a vida adulta. Ela sempre estudou em Escolas públicas e pretende cursar psicologia em 2016.

Na visão da pedagoga Vivina Rios Balbino, da Universidade Federal do Ceará, os adolescentes no Ensino médio vivem uma fase comportamental de transição com novos papéis sociais a serem assumidos e muitos conflitos e dúvidas. “Eles precisam encontrar nas Escolas uma boa estrutura de aprendizagem, respostas para os conflitos e uma boa base de apoio para se estruturar e seguir em frente, motivados para os estudos e para os projetos futuros”, afirma.

Fatores externos

Além da realidade da sala de aula, elementos socioeconômicos compõem esse cenário. Trabalho precoce, gravidez e violência em casa ou em torno dos colégios são alguns dos problemas. Em 2011, 31,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos eram economicamente ativos. Situações de informalidade e baixo rendimento são comuns nesse grupo, em que apenas 30,4% têm carteira assinada e 57,8% recebem menos de dois salários mínimos por mês. Indicadores de Escolarização e frequência à Escola da população de 14 a 17 anos revelam que adolescentes ocupados apresentam taxas mais baixas que os não ocupados, o que indica que o trabalho prejudica o rendimento Escolar.

Na zona rural, o atraso é mais grave. Cerca de 43% dos Alunos de Ensino médio têm idade superior à recomendada, contra 30,6% em áreas urbanas. As desigualdades também estão presentes entre etnias distintas. Enquanto 71,9% dos adolescentes brancos de 16 anos têm oito anos de Escolaridade, a taxa dos negros é de 55,6% e a dos amarelos e indígenas, é de 50,9%.

Para universalizar o Ensino, a Unicef recomenda “ampliar investimentos, melhorar o fluxo Escolar, mudar a organização e o currículo, valorizar o Professor, lidar com os adolescentes retidos no Ensino fundamental e trazer de volta para a Escola os excluídos do Ensino médio”. Vivina recomenda ainda que “as metodologias de Ensino e conteúdos estejam cada vez mais de acordo com o contexto social, as vivências e as expectativas dos adolescentes” a fim de aumentar a motivação para o estudo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação

Editoria: Educação

Data: 13 /03/2015

Assunto: PNE

Página: Online



OPINIÃO: IGUALDADE DE OPORTUNIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

"Universalizar o atendimento escolar aos deficientes físicos na rede regular de ensino é meta 4 do PNE", diz Denise Vasconcelos

Fonte: O Povo

Universalizar o atendimento escolar aos portadores de deficiência na rede regular de ensino, é garantido pelo art. 208, III da CF e pela meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), para que essas pessoas superem suas limitações e se sintam amparadas/assistidas na escola, por exemplo, através de profissionais treinados como o cuidador, para dar o suporte necessário ao aluno com deficiência que dependa de ajuda para atividades como ir ao banheiro, tomar remédio, locomover-se ou comer.

Trata-se de uma "equalização" das chances (Chancengleichheit), funcionando para Canotilho, como fundamento antropológico-axiológico contra discriminações e como princípio jurídico-constitucional impositivo de compensação de "desigualdade de oportunidades". Amartya Sen fala em uma "equality of capabilities"- igualdade de aptidões; Richard J. Arneson refere-se a um "equal opportunity for welfare"- oportunidade de bem-estar; Gerald Cohen em um "equal access to advantages"-igual acesso aos benefícios; já as correntes libertárias/neoliberais, como Nozick, afirmam: "life is not a race."

Se compararmos a igualdade de oportunidades com uma corrida, observamos que não seria justo alguns começarem mais perto da linha de chegada, outros terem que carregar pesos ou terem pedras em seus sapatos durante a prova, rejeitando assim, a possibilidade de igualdade de oportunidade através da concessão de apoios específicos aos desfavorecidos. Seguindo essa perspectiva liberal, temos ainda Richard Posner, que defende sistema jurídico estruturado de forma a maximizar a riqueza social (would simply increase the drain on society's wealth), sem contemplar a concessão de direitos sociais aos desamparados.

Concordamos com a perspectiva ideológica de John E. Roemer, em que a igualdade de oportunidades deve orientar-se por valores (auto-realização/bem estar) e por uma política de justiça social para concretização do direito à educação inclusiva, com fulcro na dignidade humana. De modo que essas pessoas sejam compensadas pelas suas desvantagens, ou seja, a educação de qualidade não deve somente preparar para o



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

trabalho e o exercício da cidadania. Mas permitir que os alunos tenham as mesmas condições e chances de aprender/ensinar/pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 3 da Lei 9.394/96), havendo assim, um efetivo alcance de todos à educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 13 /03/2015
Assunto: Educação familiar		Página: Online



OPINIÃO: A INCOERÊNCIA DOS PAIS NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS

"Pais devem falar a mesma linguagem entre si, pensar e agir da mesma forma", afirma a psicopedagoga Talita da Rosa Muellas

Fonte: Correio do Estado (MS)

Há muitas situações que acontecem na escola que poderiam ser evitadas, se os pais tivessem coerência em suas atitudes diante dos filhos. Quando falo em coerência, quero adentrar em dois pontos: a coerência entre os pais e a coerência deles nas atitudes cotidianas.

A coerência entre os pais é quando toda e qualquer atitude tomada por um seja de comum acordo entre os dois. No dia-dia, a criança percebe quando um dos pais é mais permissivo que o outro, isso também fica muito claro para escola.

Quando a criança tem uma atitude negativa e a escola solicita a presença dos pais, de antemão os alunos já falam "chama só fulano, mas beltrano você não chama, não" ou "não conta para minha mãe, pois ela que me põe de castigo", há aqueles que caem em lágrimas quando sabem que um adulto específico, entre os adultos responsáveis por ele, irá até a escola para resolver o que ele fez de errado.

Nessas situações, as crianças já deixam claro quem faz o papel principal na relação de autoridade. Em algumas situações, os responsáveis vão até a escola e discutem sobre as diferenças de posicionamento dos dois, crianças chegam a esconderem-se atrás de um, normalmente, o que é mais permissivo, com medo do que o outro possa fazer.

Pais devem falar a mesma linguagem entre si, pensar e agir da mesma forma, mesmo que isso seja combinando antecipadamente, sem a criança saber. Sabemos que cada um tem ideias e crenças diferentes sobre a criação das crianças, é natural ter opiniões diferentes ao lidar com os filhos.

Quem coloca de castigo é quem deve tirar e os dois devem alternar-se para cobrar as regras da postura correta na escola.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Vivemos na escola casos de pais que deixam a educação da criança completamente para a responsabilidade do outro, quando enfim participam de alguma situação, tomam medidas drásticas, na crença de solucionar o problema aos gritos, batendo na criança, com decisões e atitudes severas e que não dão resultado, principalmente, no dia-a-dia, embora a criança possa parecer dominada num primeiro momento.

Educar dá muito trabalho. Falar o tempo inteiro, repetir o que já foi falado, ensinar o que é certo, explicar as consequências das atitudes negativas, pôr de castigo, ouvir a criança chorando quando são contrariadas.

Além de impor regras e cobrar atitudes, acima de tudo, temos também de pensar sobre o afeto. Muitas vezes as crianças estão fazendo tudo errado para chamar a atenção dos pais, atenção que pode estar sendo rara em casa. Brincar, fazer tarefa, fazer com que elas ajudem em pequenas tarefas do dia-a-dia, em sua presença, faz com que se sintam seguras e amadas.

Se você não quer que a criança grite ou suba na mesa, seja mal-educada, trate mal as pessoas, dê o exemplo a ela! Os adultos que as criam são modelos para as crianças e as maiores referências, quando pequenas, elas se espelham o tempo todo nos adultos.

Se eles leem, as crianças vão procurar pelos livros; se são educados com as outras pessoas, as crianças também serão; se os adultos escolhem um lugar para fazerem suas atividades, as crianças escolherão um lugar para fazerem as suas. Coerência entre o que se fala e o que se faz é uma das grandes ações positivas de todos aqueles que cuidam de uma criança.